

OS *CLUSTERS* COMO INSTRUMENTO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PORTUGUESA PARA O DESENVOLVIMENTO, O CASO DA ILHA DE MOÇAMBIQUE

Carlos Sangreman
Sandra Silva

Abstract / Resumo

A política de cooperação entre países doadores e destinatários tem-se alterado significativamente nos últimos anos. Apesar das próprias problemáticas terem-se alterado, os actores dos países desenvolvidos em conjunto com parceiros nacionais e internacionais estão a tentar encontrar novos instrumentos e modalidades de cooperação para o desenvolvimento. Portugal não é excepção, e uma nova política de cooperação foi recentemente (re)descoberta. Esta centra-se no conceito de cluster que tem sido nas últimas décadas utilizado por decisores políticos enquanto instrumento de promoção da competitividade e inovação (Porter, 1990, 1998, 2000).

com o apoio

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Sob a estratégia orientadora intitulada “Uma visão estratégica da Cooperação Portuguesa” adoptada em 2005, Portugal tem reconhecido a necessidade de desenvolver esforços para adoptar este novo instrumento. Este "é composto de um número de projectos que são implementados por diferentes instituições, na mesma área geográfica e dentro de um quadro comum" (IPAD, 2005: 52). Dentro deste cenário, esta comunicação foca o caso Português, como um caso potencial para tentar perceber a potencialidade como inovação e a coerência política dos objectivos e estratégias subjacentes à criação dos clusters de cooperação. Assim, pretende-se dar conta da investigação em curso não só numa perspectiva de (re)examinar os argumentos teóricos para a adopção dos clusters, mas também através de uma análise das actuais práticas da cooperação com Moçambique

Keywords Clusters, Ilha de Moçambique, cooperação

WORKING PAPER / DOCUMENTOS DE TRABALHO

*O CESA não confirma nem infirma
quaisquer opiniões expressas pelos autores
nos documentos que edita.*

Preâmbulo

Este Working Paper é um dos resultados provisórios do Projeto PTDC/AFR/111680/2009 com o título *O cluster como instrumento teórico e prático da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento portuguesa: o caso a de Moçambique, Timor Leste, São Tomé e Príncipe e Angola*, e financiamento da Fundação para a Ciência e Tecnologia, FCT.

O projecto é executado pelo CESA/ISEG e pelo CEA/ISCTE, tendo este Working Paper sido elaborado no seguimento do trabalho de campo feito em Janeiro de 2012 pelos investigadores do projecto, Ana Bénard da Costa e Carlos Sangreman em Moçambique e da apresentação de duas comunicações uma em Gotemburgo, Suécia na Conferência “*Globalization and Development: Rethinking Interventions and Governance*” no âmbito da *Global Week Conference* e outra em Lisboa no VI Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política pela doutoranda Sandra Silva e pelo investigador Carlos Sangreman.

OS AUTORES

Carlos Sangreman

Economista do Instituto Superior de Economia e Gestão, doutor em Estudos Africanos do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresas, Professor Auxiliar na Universidade de Aveiro (UA) e membro da Direcção do CESA/ISEG. É investigador responsável neste projecto, coordenador geral do projecto Memória de África e do Oriente, coordenador científico do projecto de investigação *Arquitectos de um Espaço Transnacional Lusófono, a diáspora Guineense em Portugal, da Fundação Portugal África*, assessor técnico da reitoria da UA para a Cooperação.

Sandra Silva

Atualmente é doutoranda em Estudos de Desenvolvimento pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa e bolsreira de investigação do projecto “*O cluster como instrumento teórico e prático da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento portuguesa: o caso de Moçambique, Timor-leste, São Tomé e Príncipe e Angola*” financiado pela FCT.

INDICE

Introdução	5
1. Nota sobre a evolução da cooperação portuguesa	6
2. De cluster para cluster de cooperação	12
3. O cluster da ilha de Moçambique	18
4. Conclusão	32
Contactos e entrevistas efectuados em Moçambique	34
Bibliografia	35

INTRODUÇÃO

A investigação realizada no âmbito do referido projecto de investigação, que deu origem a este working paper, tem por objectivo principal confirmar ou infirmar que o conceito e a prática de clusters da cooperação para o desenvolvimento, (Moçambique, Timor Leste, São Tomé e Príncipe e Angola), é uma resposta eficaz à questão, hoje consensual na comunidade internacional, de como tornar melhores a coerência, a harmonização e o alinhamento colocada em conferências internacionais como a de Paris sobre a eficácia da ajuda ao desenvolvimento. A cooperação é um espaço onde intervêm muitos actores, com diferentes modos de teorizar e praticar a sua acção. Esse espaço é multi disciplinar, complexo e com uma grande dinâmica inter-agindo com a evolução de todos os outros espaços sociais. Um importante desafio para esses actores, é a necessidade de encontrar parceiros e metodologias de acção que assegurem uma eficácia real para fazer chegar aos destinatários os recursos suficientes para um processo de desenvolvimento sustentável. Contudo, é também necessário ser realista e saber que a eficácia da ajuda para ter algum impacto depende de variáveis sociais e políticas fora do campo que compõe este espaço. A cooperação portuguesa seguiu um modelo em 2005-2009 baseado na concepção bi-multi de acção, procurando a eficácia pela agregação de diferentes actores internacionais. O desafio é de criar conhecimento teórico com confirmação empírica de que essa prática é uma boa resposta às questões levantadas e às contradições entre a realidade e as decisões tomadas.

PARTE I

1. NOTA SOBRE A EVOLUÇÃO DA COOPERAÇÃO PORTUGUESA

Esta parte do trabalho analisa brevemente a evolução da cooperação em Portugal, a partir do ano de 1974, por coincidir com o fim da guerra colonial, as independências nacionais e consequente descolonização. Até 1974, Portugal foi membro fundador do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento CAD, momento em que saiu por razões de ordem política, directamente relacionadas com a descolonização (Afonso, 1995: 53). E o único organismo da cooperação portuguesa nesta fase era o Gabinete do Coordenador para a Cooperação GCC que funcionava na dependência do Presidente da República criado através do Decreto-lei n.º 791/74, de 31 de Dezembro. A este gabinete competia “elaborar estudos, pareceres e relatórios de síntese e formular sugestões relativamente ao processo de cooperação com os novos ou futuros Estados de expressão portuguesa” (Decreto-lei n.º 791/74). Os actores da cooperação não integrando a Administração Central são uma extensa lista que vai desde órgãos de soberania como a Assembleia da República ou os Tribunais até a ONGD, fundações e organizações profissionais (Sangreman et al., 2010).

a) ‘Primeira’ década 1975-1985

Esta década caracteriza-se por uma forte instabilidade política que se traduziu em alterações constantes da estrutura orgânica do governo, conduzindo à inexistência de uma política de cooperação definida ao nível dos programas de governo. Desde que o I Governo Constitucional tomou posse a 23 de Julho de 1976, sucederam-lhe oito novos governos constitucionais que possuíam diferentes estruturas e programas de governo.

Ainda em 1975, antes da tomada de posse do I Governo Constitucional, foi criada a Comissão Coordenadora das Negociações nos domínios económico e financeiro com os novos Estados de língua portuguesa através de Resolução do Conselho de Ministros, de 24 Junho. A comissão é “composta por representantes dos departamentos governamentais mais directamente ligados ao processo de descolonização e de empresas públicas ou nacionalizadas que exerciam actividades naqueles Estados” (Resolução do Conselho de Ministros de 24 Junho). Esta comissão é encarada como “uma instituição dedicada à protecção e promoção de interesses económicos portugueses nas antigas colónias” (Cravinho, 2002), evoluindo no início do ano seguinte para o Instituto para a Cooperação Económica ICE através do Decreto-lei n.º 97-A, de 31 de Janeiro de 1976. Este instituto surge da “necessidade de salvaguardar os interesses públicos e privados portugueses nos novos Estados e de promover e desenvolver acções de assistência

técnica e de cooperação em áreas de mútuo interesse” e trata-se de “um organismo de apoio técnico-administrativo para as negociações e a cooperação, nos domínios económico e financeiro, com os antigos territórios sob administração portuguesa” (Decreto-lei n.º 97-A).

Com entrada em funções do I Governo Constitucional, extingue-se o Ministério da Cooperação através do Decreto-lei n.º 683-A/76, de 10 de Setembro e os organismos que se encontravam na sua tutela, nomeadamente o GCC e o ICE, passaram para a tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros MNE (Decreto n.º 683-A/76).

Em 1979, o Governo parece assumir a preocupação de assegurar uma política de cooperação que contribuísse para evitar a dispersão de meios e recursos, cobrindo as lacunas existentes através da criação da Direcção-Geral da Cooperação DGC (Decreto-lei n.º 486/79). A acção do MNE em matéria de cooperação internacional passa a ser exercida através da DGC à qual caberá “a coordenação das acções bilaterais e multilaterais de cooperação nos domínios sociocultural, científico e tecnológico ou outros” (Decreto-lei n.º 486/79) e do ICE que passou a desempenhar um papel mais técnico de coordenação e apoio às actividades de cooperação bilateral ou multilateral nos domínios económico, financeiro e empresarial com os países em vias de desenvolvimento (Decreto-lei n.º 486/79). O GCC é extinto nesta data. Nos programas de Governo apresentados à Assembleia da República apenas o fugaz governo de Nobre da Costa tinha expressado aquilo que hoje poderíamos de início de programa de cooperação, nem sequer utilizando o termo “política de cooperação” (Sangreman et al., 2010).

Os actores não governamentais estão, neste período, pouco representados, considerando Ribeiro, M. 1995, que o CIDAC (Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral) foi a única ONGD portuguesa que desenvolveu actividades de cooperação para o desenvolvimento na década de 1974-1984.

b) ‘Segunda’ década 1985-1995

A ‘segunda’ década apresenta alguns acontecimentos importantes para a evolução da cooperação em Portugal, apesar de não se poder falar de uma verdadeira política de cooperação. A cooperação era tratada “de forma abstracta e sem grandes preocupações de contabilização” (Afonso, 1995: 54).

Com a adesão de Portugal à Comunidade Europeia em 1986, passa a existir uma participação através das instituições europeias ainda que de forma desgarrada. Quatro anos mais tarde, Portugal volta a reintegrar o CAD que reconhece as estreitas relações com os PALOP, além de se sentirem melhorias ao nível da economia nacional (idem: 53). De facto, o início da década de 90 é considerado como um ponto de viragem na cooperação portuguesa (Afonso, 1995). Os programas de governo passam a conter

intenções em vez de referências. O programa do XII Governo Constitucional, por exemplo, assume as seguintes intenções: “o Governo continuará a desenvolver a política de cooperação nas diversas áreas que ela tem abrangido, com particular incidência no domínio sociocultural, atribuindo relevo às acções relacionadas com o ensino, a formação de quadros, a saúde e o apoio às estruturas administrativas e à consolidação sistemas jurídicos” (Programa de Governo, 1991).

Por outro lado, foram criadas duas novas instituições ligadas à cooperação. A primeira, o Fundo para a Cooperação Económica FCE através do Decreto-Lei n.º 162/91, de 4 de Maio com uma natureza inovadora dado que pela primeira vez foi criado um fundo público com o objectivo de apoiar a cooperação desenvolvida pelo sector empresarial português nos PALOP. No entanto, a avaliação do CAD relativamente à actuação do FCE, pouco tempo depois, não é favorável, considerando mesmo que as transferências do fundo são diminutas e as operações não se encontram centradas nas prioridades dos países receptores (Afonso, 1995: 86). A segunda instituição criada nesta década é o Instituto Camões IC através do Decreto-Lei n.º 135/92, de 15 de Julho, encontrando-se vocacionado para as actividades ligadas à promoção da língua e cultura portuguesas, quer no âmbito de instituições de ensino como noutras ligadas ao dialogo intercultural. Esta instituição surge da necessidade de melhorar as relações culturais internacionais, sobretudo após a integração europeia. Sofre, no entanto, de grande inoperância no domínio da cooperação com os PALOP por ter sido tutelado nos primeiros anos pelo Ministério da Educação ME. Desde 1992 que a tutela do IC passou para o MNE, mantendo actualmente os mesmos objectivos mas actividades mais efectivas de cooperação, tais como formação de professores de português nos PALOP e atribuição de bolsas de estudo para a frequência de cursos de língua e cultura portuguesas.

Os actores não governamentais criam a Plataforma das ONGD em 1985, sendo fundadores organizações que vinham de uma cultura de acção caritativa (CARITAS, União das Misericórdias). Outras herdeiras da militância política contra o regime, antes do 25 de Abril de 1974, (CIDAC. Comissão Justiça e Paz), outras cuja vocação era mais de estudo e investigação (IED, IEEI) e outras ainda muito próximas de partidos políticos (Instituto Amaro da Costa, Instituto Progresso Social e Democracia Francisco Sá Carneiro, Fundação Oliveira Martins) (Sangreman et al., 2010).

c) ‘Terceira’ década 1995-2005

Esta década ficou marcada por uma forte reestruturação da Cooperação Portuguesa, quer no quadro institucional como no quadro de acção. No quadro institucional, a reestruturação foi alcançada através da criação da Agência Portuguesa de Apoio ao Desenvolvimento APAD através do Decreto-Lei n.º 327/99, de 18 de Agosto, seguido quatro anos mais tarde do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento IPAD através do Decreto-Lei n.º 5/2003, de 13 de Janeiro. A APAD extinguiu o FCE, uma

vez que o anterior modelo não permitiu corresponder com eficácia às necessidades inicialmente identificadas, e surge com o objectivo de centralizar o financiamento e a execução da política de cooperação. Nesta fase, a Cooperação Portuguesa encontrava-se cometida a um grande número de instituições públicas com objectivos e áreas de actuação específicas. Assim, e dado que a APAD beneficia de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, o Governo passa dispor de “uma instituição mais flexível e com instrumentos e âmbito de actuação mais amplos, num momento em que procura dar uma nova atenção às funções de planeamento e programação, com a elaboração do Plano Integrado de Cooperação e de Programas Indicativos de médio prazo com os principais destinatários da nossa ajuda ao desenvolvimento” (Decreto-Lei n.º 327/99). É também neste período que a Assembleia da República aprova a Lei 19/94 que reconhece o estatuto das ONGD. O IPAD é criado anos mais tarde, numa fase em que o Governo considerava que modelo anterior se encontrava desajustado e esgotado (Decreto-Lei n.º 5/2003). A sua criação teve como objectivo reverter esta situação, passando a sua estrutura organizativa do IPAD a ser dotada dos “competentes mecanismos de coordenação, informação, controlo e avaliação, no âmbito das novas orientações estratégicas da ajuda pública ao desenvolvimento” (idem: 110). O IPAD resulta da fusão do ICP com a APAD e veio criar condições para que a ajuda pública ao desenvolvimento se tenha adequado às necessidades mais prementes dos países receptores. Por outro lado, o IPAD passou a concentrar a coordenação da APD que é tutelado apenas pelo MNE.

No quadro de acção, a reestruturação foi alcançada com a criação dos Programas Indicativos de Cooperação PIC e os Planos Anuais de Cooperação PAC, e a aprovação do documento de orientação estratégica “A Cooperação Portuguesa no limiar do Século XXI” através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 43/99, de 29 de Abril. Os PIC surgem devido à necessidade de estabelecer prioridades e orientações específicas para cada um dos PALOP e Timor-Leste, passando a ser celebrados por um período de três anos e os respectivos PAC que concretizavam os primeiros anualmente. Os PAC surgiram pela necessidade de encontrar um instrumento que simultaneamente sistematizasse e planificasse as actividades que eram priorizadas nos PIC.

O documento de orientação estratégica “A Cooperação Portuguesa no limiar do Século XXI” visava renovar as políticas de cooperação, adaptando-as a um sistema internacional igualmente em renovação ditado pelo final da guerra-fria. O documento procura estabelecer algumas referências de orientação para a cooperação portuguesa em domínios considerados fundamentais. É visível uma preocupação com uma maior concentração, aumento de coerência dos programas e preferência dos receptores (Resolução n.º 43/99). Assim, encontram-se definidos quatro domínios fundamentais de actuação, nomeadamente, a clarificação estratégica que passa por adequar os objectivos aos programas e acções, o controlo político que passa por criar condições para o estabelecimento de um programa integrado da cooperação, o dispositivo da cooperação

que passa por criar uma base organizativa mais sólida e eficiente e o financiamento que visa a necessidade de se cumprir a orçamentação prevista (idem: 2638).

d) ‘Quarta’ década 2005-2015

O ano de 2005 foi um ano de viragem para a Cooperação Portuguesa com a adopção de uma nova estratégia intitulada “Uma visão estratégica para a Cooperação Portuguesa” aprovada através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 196/2005, de 24 de Novembro. Este novo documento orientador contém “fortes traços de continuidade com a estratégia de 1999 e contém inovações” (IPAD, 2005: 48). Como inovação aponta-se a necessidade de acentuar uma tendência para coordenar a ajuda pública ao desenvolvimento através da definição de áreas de intervenção prioritárias. As prioridades passam a ser definidas geograficamente e sectorialmente. Geograficamente, podemos falar de continuidade dado que os espaços de intervenção prioritária se mantêm nos PALOP e, ainda, a valorização do espaço da CPLP. Sectorialmente, existem mudanças significativas que permitem constatar uma efectiva alteração das políticas de cooperação. São eixos prioritários a boa governação, participação e democracia; o desenvolvimento sustentável e a luta contra a pobreza; e a educação para o desenvolvimento. Estes eixos enquadram-se nas problemáticas definidas internacionalmente, assumindo as prioridades traçadas pelos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (2000), Consenso de Monterrey (2002) e Declaração de Paris (2005). É, ainda, neste contexto de viragem política que é introduzido o novo instrumento de cooperação: o cluster que visa “mobilizar em torno de uma problemática comum um conjunto de instituições que de outra forma tenderiam a desenvolver projectos de forma desgarrada, sem economias de escala, sem vantagens de uma abordagem integrada e, quase sempre, sem sustentabilidade, visibilidade ou impacto a longo prazo” (Resolução n.º 196/2005).

No quadro institucional, o IPAD mantém um papel preponderante e fulcral na Cooperação Portuguesa, cabendo-lhe a condução da implementação da política pública para o desenvolvimento. Com a aprovação do Decreto-Lei n.º 120/2007, de 27 de Abril que visava a modernização administrativa e melhoria dos serviços públicos ao nível do IPAD, este passa a ter como “missão propor e executar a política de cooperação portuguesa e coordenar as actividades de cooperação desenvolvidas por outras entidades públicas que participem na execução daquela política”. Ao nível dos instrumentos de coordenação técnica foi criado o Fórum de Cooperação para o Desenvolvimento como uma estrutura inovadora pelo seu mecanismo de diálogo e consulta entre o Estado, a Administração Local e a sociedade civil em matéria de cooperação. Com efeito foi criado um ambiente propício ao surgimento de projectos comuns, actuações em parceria e pareceres.

Em Janeiro de 2012, com novo Governo, foi extinto o IPAD e o Instituto Camões e criado o Camões-Instituto para a Cooperação e a Língua, que acumula as funções de promoção da cooperação e de divulgação da língua portuguesa. Se bem que seja cedo para avaliar os efeitos desta mudança, dada a lentidão com que se tem vindo a processar esta reforma, a decisão de englobar num mesmo organismo as duas funções referidas vai contra as indicações do CAD da OCDE e julgamos vai complicar a melhoria da eficácia dos organismos que deviam procurar ter uma orgânica de maximização dos recursos financeiros que diminuiriam pelo programa de restrições orçamentais do actual Governo.

Quadro síntese 1: Organismos da Cooperação Portuguesa, 1974 a 2012

Organismo	Diploma de criação	Ano	Tutela	Extinção
Gabinete do Coordenador para a Cooperação	791/74, de 31 de Dezembro	1974	PR	486/79, de 31 de Janeiro
Comissão de Coordenação das Negociações nos domínios económico e financeiro com os novos Estados de língua portuguesa	Despacho, de 23 de Junho	1975	SEFCE	97-A/76, de 31 de Janeiro
Instituto para a Cooperação Económica	97-A/76, de 31 de Janeiro	1976	MF e MC	
Direcção-Geral da Cooperação	486/79, de 18 de Dezembro	1979	MF e MNE	
Fundo para a Cooperação Económica	162/91, de 4 de Maio	1991	MF e MNE	327/99, de 18 de Agosto
Instituto Camões	135/92, de 15 de Julho	1992	ME até 1992 e MNE	21/2012, de 30 de Janeiro
Agência Portuguesa de Apoio ao Desenvolvimento	327/99, de 18 de Agosto	1999	MF e MNE	05/2003, de 13 de Janeiro
Instituto de Cooperação Portuguesa	192/2001, de 26 de Junho	2001		05/2003, de 13 de Janeiro
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento	05/2003, de 13 de Janeiro	2003	MNE	21/2012, de 30 de Janeiro
Camões – Instituto para a Cooperação e a Língua	21/2012, de 30 de Janeiro	2012	MNE	.-

Fonte: adaptado de Afonso (1995: 61-63) e autores

2. DE CLUSTER PARA CLUSTER DE COOPERAÇÃO

Nesta parte do trabalho pretende-se identificar algumas perspectivas existentes na literatura do conceito de cluster, que originalmente provem da economia mas que tem vindo a ser utilizado noutras áreas científicas, e a sua adaptação à cooperação para o desenvolvimento.

A origem do conceito de cluster remonta a 1890, tendo sido introduzido através do trabalho de Alfred Marshall sobre os distritos industrializados do início do século XX. Segundo o autor estas concentrações de indústrias especializadas caracterizavam-se por “*the ready availability of skilled labour, the growth of supporting and ancillary trades, and the specialization of different firms in different stages and branches of production*” (Marshall, 1890). No entanto, foi Michael Porter que popularizou o conceito de cluster um século mais tarde ao relacioná-lo com a definição de políticas públicas e consequente intervenção estatal. De acordo com o autor os “*clusters, or groups of interconnected firms, suppliers, related industries, and specialized institutions in particular fields that are present in particular locations*” (1990: 7-8) caracterizam-se por permitir a inovação e aumentar a produtividade através do modelo de diamante que estabelece quatro elementos que se encontram associados: “*factor input conditions, sophisticated local demand conditions, related and supported industries and firm structure, strategy and rivalry*” (idem: 71-72).

Alguns anos mais tarde, Porter reforça a importância dos clusters para o desenvolvimento económico, acrescentando que estes se tornaram numa “*new way to think about economies and economic development; new roles for business, government, and institutions; and new ways to structure the business-government or business-institution relationship*” (1998: 8). O conceito de clusters evolui para “*geographic concentrations of interconnected companies, specialized suppliers, services providers, firms in related industries, and associated institutions (e.g., universities, standards agencies, trade associations) in a particular field that compete but also cooperate*” (idem:15)

A análise da performance dos clusters permitiu ao autor captar importantes ligações, complementaridades e *spillovers* em termos tecnológicos, competências, informação, marketing, entre outros, que, por sua vez, “*create a possible rationale for collective action and a role for government*” (Porter, 2000: 18). O autor enfatiza o papel das instituições governamentais e outras (e.g. universities, think tanks, vocational training providers, standards-setting agencies, trade associations) that provide specialized training, education, information, research, and technical support no sentido de “*reinforce and build on established and emerging clusters rather than attempt to create entirely new ones*” (idem: 26). Outro aspecto relevante, é que embora a globalização tenha em larga medida diminuído a importância da localização e concentração, a

influência dos clusters na competitividade tem vindo assumir uma importância crescente numa economia global cada vez mais complexa, dinâmica e baseada no conhecimento (idem: 16). O autor salienta três vantagens competitivas: *“increasing the current productivity of constituent firms or industries; increasing the capacity of cluster participants for innovation and productivity growth; stimulating new business formation that supports innovation and expands the cluster”* (idem: 21).

Ao mesmo tempo, Porter identifica algumas limitações ao seu modelo teórico dos clusters. Uma das limitações refere-se à necessidade de consolidar o conhecimento sobre os clusters através de uma abordagem integrada que permita criar categorias gerais dado que os estudos de caso não são suficientes para perceber sua natureza (idem: 32). Outra limitação relaciona-se com o facto dos clusters serem definidos de forma demasiado ampla quando se trata de agregados como serviços, alta tecnologia ou fábricas (idem: 17). Nestes casos as ligações são fracas e o potencial gargalo tende a concentrar-se em torno de generalidades.

Outras limitações ou críticas são apontadas ao modelo teórico dos clusters desenvolvido por Porter (1990; 1998; 2000). Uma das críticas, refere-se à definição de cluster que é considerada muito genérica, vaga e indeterminada (Martin e Sunley, 2003: 9). Para Martin e Sunley, esta ambiguidade contribuiu para que se assistisse a um rápido crescimento de diferentes neologismos de cluster que, para além de apresentarem falhas de rigor (Martin e Sunley, 2003; Maskell e Kebir, 2009), contribuíram para tornar o conceito caótico (Martin e Sunley, 2003: 10). De facto, a panóplia de conotações e significados nas mais diversas áreas conduziu a uma grande ambiguidade do conceito de cluster que levou alguns autores a considera-lo obscuro (Martin e Sunley, 2003; Ketels, 2003). O efeito de ‘contágio’ a outras áreas científicas parece estar associado às ideias de inovação, competitividade e produtividade que se encontram subjacentes ao modelo teórico desenvolvido por Porter (Martin e Sunley, 2003: 7). Na última década, surgem uma série de conceitos que vão desde *“industrial districts”*, *“new industrial spaces”*, *“network regions”*, entre outros.

A difusão do conceito deve-se à confusão empírica e conceptual que foi gerada em torno de si próprio, podendo correr, ainda, o risco de se juntar ao conjunto de termos proferidos em discursos públicos que passam directamente *“from obscurity to meaninglessness without any intervening period of coherence”* (Reich, 1990: 925).

Outra crítica atribuída aos clusters refere-se à forma como se atinge a competitividade (Martin e Sunley, 2003; Kitson et al, 2004). O argumento de Kitson *et al* é que Porter utiliza o conceito de competitividade, definido originalmente para ser aplicado às economias nacionais, sem perceber se este se adapta às necessidades específicas das regiões (2004: 992). Outros investigadores (Krugman, 1994,1996; Turner, 2001), ainda, referem que a competitividade pode fazer sentido entre empresas mas parece não fazer sentido entre regiões dado que *“national economies do not go out of business such as uncompetitive firms, and international trade is far from being a zero-sum game”* (idem:

992). Estes são unânimes na crítica na medida em que não concordam que as regiões possam competir entre si à semelhança das empresas. Outra questão levantada pelo *World Economic Forum* encontra-se relacionada com o facto de que a competitividade deixou de ser considerada um objectivo para passar a ser encarada, por muitos, como um dos passos do processo. O *World Economic Forum* considera que a competitividade a nível nacional depende de uma “*set of factors, policies and institutions that determine the level of productivity of a country*” (USAID, 2008: 4-5). A competitividade de um país depende de todos estes factores,” *but some are more important than others at different stages of development*” (idem: 5). Neste sentido, os clusters são apenas uma de muitas estratégias para alcançar a competitividade.

A especialização e até que ponto esta pode ser benéfica para determinada região a longo prazo é outras das críticas atribuída aos clusters (Motoyama, 2008: 357). Alguns investigadores afirmam existirem poucas evidências que comprovem que o crescimento económico e a inovação de uma determinada região se encontrem relacionadas com a especialização através de uma iniciativa de cluster. Aliás, consideram mesmo que a longo prazo as regiões deverão desenvolver uma série de clusters para evitar o excesso de confiança apenas num único cluster (idem: 357).

É de salientar que a literatura sobre clusters é extremamente vasta e, apesar de existirem muitas generalidades, foram igualmente criadas ideias importantes que contribuem para o desenvolvimento económico. Algumas dessas ideias assumem-se como vantagens associadas aos clusters. Além das referidas por Porter (1990, 1998, 2000), que dão conta do aumento de produtividade e inovação, a relação com a definição de políticas públicas e papel do governo têm sido fortemente exploradas (Martin e Sunley, 2003; Ketels, 2003). No que respeita à definição de políticas públicas, as vantagens encontram-se associadas ao processo colaborativo e de acção conjunta entre o sector privado e público promovido pelos clusters e à prioridade do ambiente em torno do cluster que inclui uma série de factores (Ketels, 2003: 19). O governo, que anteriormente actuava sozinho na definição das políticas públicas e estabilização da economia, passa a contar com a actuação do sector privado, das universidades, entre outras instituições (idem: 20). A descentralização da responsabilidade política é encarada como uma nova corrente, onde o foco passa a ser o potencial endógeno das regiões e localidades (Martin e Sunley, 2003: 23). A Organization for Economic Co-operation and Development OECD considera que “*governments can nurture the development of innovative clusters, primarily through the provision of appropriate policy frameworks in areas such as education, finance, competition and regulation*” (idem: 1).

Mais recentemente, tem sido desenvolvida uma nova perspectiva do conceito de cluster que o relaciona directamente com a cooperação para o desenvolvimento. Assistiu-se, na última década, a um esforço crescente para desenvolver iniciativas com clusters em regiões menos desenvolvidas, tais como América Central, Médio Oriente, África, entre outras (Porter, 2000: 30). No entanto, questions remain about whether these cases are

models that can be followed or if they are simply the result of a coincidence of fortunate conditions. Estas iniciativas têm sido implementadas pela OECD, United States Agency for International Development USAID, United Nations Industrial Development Organization UNIDO, entre outras. Para a USAID os clusters são “*geographic concentrations of interconnected companies, with linkages to related organizations such as trade associations, government agencies, and research and educational institutions*” (USAID, 2008: 1). And cluster development has now become an increasingly important dimension of promoting economic development, tendo originado diversas iniciativas de clusters que se baseiam em “*projectos que identifiquem policy constraints, new technologies, and new ways of working together that, combined, are expected to increase productivity and allow the industry to compete effectively in global markets*” (USAID, 2003). In developing countries, não existe, ainda, massa crítica de actividade económica que permita criar uma iniciativa de cluster (see Figure 3).

Quadro 3: Levels of Cluster Development

Working Clusters	<i>A critical mass of local knowledge, expertise, personnel and resources create agglomeration economies; there is knowledge of the interdependence of local competitors, suppliers, customers, and institutions.</i>
Latent Clusters	<i>A critical mass of firms in related industries sufficient to reap the benefits of clustering, but have not developed the level of interaction and information flows necessary to truly benefit from co-location.</i>
Potential Clusters	<i>Some of the elements necessary for the development of successful clusters, but these elements must be deepened and broadened in order to benefit from the impact of agglomeration.</i>
Policy-driven Clusters	<i>Chosen by the government for support, but lack a critical mass of firms or favorable conditions for organic development.</i>
“Wishful Thinking” Clusters	<i>Policy-driven cluster that lack not only a critical mass, but any particular source of advantage that might promote organic development.</i>

Source: Enright (2001)

While it can be useful to support potential or latent clusters in developing countries, helping a country to improve its international competitiveness may require more fundamental economy-wide reforms to improve macroeconomic management, the investment climate, and/or investments in education, transportation and communication infrastructure (USAID, 2008: 5). Apesar de cada iniciativa ser única, a USAID afirma

existirem traços comuns que permitem compreender de que forma a competitividade pode ser alcançada através dos clusters:

- *“cluster initiatives in advanced countries typically emphasize promoting innovation and supporting research and development, while this is rarely a primary goal for developing/transition countries;*
- *clusters initiatives in developing country more often aim to increase exports and develop supply chains;*
- *cluster development efforts varied substantially based on whether they were launched by the government, the private sector or international donors” (idem: 11).*

Para a OCDE os clusters são *“networks of production of strongly interdependent firms (including specialised suppliers) linked to each other in a value-adding production chain”* (OECD, 1999: 9). E incluem *“strategic alliances with universities, research institutes, knowledge-intensive business services, bridging institutions (brokers, consultants) and customers”* (idem: 9). Com base na experiência da UNIDO, que visa a *“promotion of efficient systems of relations between enterprises and between enterprises and institutions which allow enterprises to overcome their isolation and reach new collective competitive advantages beyond the reach of individual small firms”*, a OECD conclui que existem quatro fases de intervenção apesar destas não terem obrigatoriamente de ser seguidas dado que se deve ter em conta as condições caso a caso. As quatro fases são: *“promotion of networks; restructuring at the firm level; improvement of the institutional environment and improvement of the dialogue between the public and private sectors”* (idem: 278). Após cinco anos de experiência na implementação de clusters em países em desenvolvimento, a UNIDO aponta algumas considerações que importa salientar:

- *“the intervention must be designed after a thorough analysis of target beneficiaries’ needs as well as of the surrounding economic environment from which resources can be tapped to satisfy those needs;*
- *institutional networking, networking between the private and public sectors, country networking are equally important;*
- *the key resources in networking initiatives are the people involved (policy makers, brokers, other service providers);*
- *the provision of the necessary training and exposure to best practices of the actors warrants further expansion;*

- *a combination of private and public investment appears to be the best way to finance network development initiatives;*
- *Evaluation criteria for networking projects need to be carefully designed;*
- *The introduction of the elements of market cost recovery should be pursued as early as possible in order to avoid the risk that the beneficiaries become accustomed to full subsidies and that the enterprises become dependent on the project activities;*
- *there is no single, predefined path to be followed in the implementation of cluster/network promotion initiatives that can be effortlessly replicated across countries, regions and industrial sectors (idem: 282-286)”.*

É precisamente esta nova perspectiva de cluster de cooperação, que assume muitos traços do modelo teórico de Porter (1990, 1998, 2000), que a Cooperação Portuguesa adoptou como “instrumento central de uma intervenção estratégica para o desenvolvimento social e económico de uma região alvo”, sendo “constituído por um conjunto de projectos, executados por diferentes instituições numa mesma área geográfica e com um enquadramento comum” (IPAD, 2005: 52). Os clusters de cooperação são adoptados pelo governo através estratégia intitulada “Uma Visão Estratégica da Cooperação Portuguesa” em 2005. Diversos aspectos justificam a opção da Cooperação Portuguesa por este modelo teórico, em específico, a relação com as políticas públicas e instituições governamentais, sedimentando-se nas características das iniciativas de clusters bem sucedidas em países em desenvolvimento. Muitas das orientações identificadas podem servir, ainda, de modelo aos clusters de cooperação que se encontram numa fase de implementação nos PALOP e Timor-Leste desde 2007/08

PARTE 2

3. O CLUSTER DA ILHA DE MOÇAMBIQUE

Introdução

O PIC entre Portugal e Moçambique foi assinado em 2007 por um período de três anos, e introduziu o novo instrumento de cooperação como o seu terceiro eixo estratégico, designando o cluster por Ilha de Moçambique.

Inserida na região da baía de Mossuril que tem como principais povoações além da Ilha, Sancul, Lumbo, Mossuril, Cabaceira Grande e Cabaceira Pequena, o cluster tem como objectivo o desenvolvimento sustentado desta região, através da valorização do património histórico e cultural, promoção de actividades geradoras de rendimento e melhoria das condições de vida dos habitantes.

Assim, a concentração de esforços foi pensada no sentido da implementação de um projecto integrado na ilha financiado por vários actores bilaterais e multilaterais, e pela Cooperação Portuguesa, designado por Plano de Desenvolvimento da Ilha de Moçambique PDIM.

Esta intervenção encontra-se em consonância com as áreas prioritárias definidas pelo Governo Moçambicano para a prossecução dos objectivos fundamentais do Plano de Acção para Redução da Pobreza Absoluta II (PARPAII). De acordo com o PARPA II, a reabilitação do património da ilha permitirá desenvolver a região e aumentar o rendimento da população. Por outro lado, o desenvolvimento da zona costeira através da reorganização do tecido económico e social, é fundamental para reduzir a pressão demográfica da Ilha dado que criará um pólo de atracção de populações actualmente residentes na parte insular. Esta intervenção encontra-se ainda em consonância com a intervenção da UNESCO que, atribuiu o estatuto de Património Mundial à Ilha de Moçambique em 1991 bem como de outros financiadores internacionais como o PNUD, o BAD ou de países que têm ao longo do tempo ajudado o governo moçambicano a intervir na Ilha.

História breve da Ilha de Moçambique ⁽¹⁾

A Ilha de Moçambique, a 2000 km a norte de Maputo, situa-se à entrada da baía do Mossuril, numa região de população Mkhwua. Tem 3,5 km de comprimento por 350 a

¹ Este texto é da autoria do Arq. Alexandre Braz Mimoso e está incluído na referência Governo de Moçambique (s.d.) Ilha de Moçambique, Omuhipiti, guia com texto e fotos de Alexandre Braz Mimoso, Maputo.

500 de largura, e a temperatura média anual é de 26°. Divide-se em duas partes distintas, a Cidade de Pedra e Cal, de feição europeia, e a Cidade de Macúti, de interessante construção tradicional africana, bem adaptada climaticamente- Coqueiros, figueiras da Índia, casuarinas, acácias rubras de Madagáscar e figueiras bravas, de raízes aéreas, estão um pouco por todo o lado. A Ilha de Moçambique foi ocupada inicialmente pela população africana. O seu desenvolvimento deve-se sobretudo a uma propícia situação geográfica, servindo de elo de ligação entre os continentes africano e asiático. A primeira fase das grandes navegações no Oceano Índico iniciou-se no século VIII, pela mão dos marinheiros árabes, e manteve-se até final do século XV, tornando-se aquele oceano o centro do comércio intercontinental e fazendo a ponte entre a Europa e o Oriente. Cruzavam-se persas e turcos, indianos, indonésios e chineses, mas eram os árabes que detinham o monopólio do transporte de mercadorias e que promoveram e acentuaram as relações entre povos e culturas diferentes. A influência islâmica, para além da criação do sultanato de Delhi e da progressão no arquipélago indonésio, estendeu-se, na costa africana, do Mar Vermelho até ao rio Save.

Foi ao longo desta costa, nas suas margens e sobretudo nas suas ilhas, que veio a surgir uma nova civilização, a civilização swahili, fruto do cruzamento da população africana, de origem bantu, com os comerciantes muçulmanos vindos de quatro zonas: do Mar Vermelho e Golfa de Áden, do Golfo Pérsico e do Mar da Arábia, do noroeste da Índia e, ainda da Indonésia. A insularidade era o seu traço característico.

Não existindo grandes vias terrestres na África Oriental, as comunicações eram asseguradas pelas populações swahili, que dominavam a navegação nos rios e costa. Surgiram nesta costa feitorias e entrepostos comerciais, alguns fortificados, fossem sultanatos ou xecados, como Mogadíscio, Lamu, Melinde, Mombaça, Pemba, Zanzibar e, sobretudo, Quíloa, que controlava o comércio do ouro, marfim e escravos. Mais a sul existiam os xecados de Moçambique, Angoche, Quelimane e Sofala.

O xecado da Ilha de Moçambique foi fundado por Hassani e Moussa M' Biki (possível origem do termo "moçambique"), por volta do século XI. Até 1500 tinha uma população sedentária e uma flutuante, ambas, sobretudo, de mercadores e marinheiros árabes, com escassa presença africana.

A segunda fase das grandes navegações do Índico começou em 1498, com a chegada do português Vasco da Gama, que estabeleceu, com o apoio de um piloto árabe, a ligação directa da África austral à Índia. Nesta primeira viagem fez aguada na Cabaceira Pequena, à vista da Ilha de Moçambique.

O século XVI e a primeira metade do século XVII foram o período do domínio português. Vários sítios estratégicos controlavam o Índico, como as praças de Moçambique (1507) e de Mombaça (1505), a praça de Ormuz (1515), a praça de Diu

(1533) e a praça de Goa (1510, capital desde 1530 do Estado Português da Índia, governado por um vice-rei), e ainda a praça de Malaca (1511).

A escolha da Ilha como principal base portuguesa deu-se em 1507, pela decisiva importância do seu porto. Se os navios saídos de Lisboa se atrasassem, perdiam o regime de ventos da monção de verão, o que os impedia de chegar à Índia e os obrigava a invernar na baía de Mossuril (defendida pela Ilha) durante longos meses, até à aproximação do verão e da mudança de monção.

Administrada por Goa, Moçambique servia como escala para reabastecimento e reparação das naus portuguesas da Carreira das Índias, como local de comércio (navios indianos aí trocavam têxteis e especiarias por ouro e marfim), e era a base da armada que protegia a extensa costa controlada por Portugal. Por outro lado centralizava o comércio de, e para, a Ilha do Ibo, Quelimane, Sofala, Inhambane, e ainda Lourenço Marques (Maputo), fundada em 1544 pela riqueza da região em marfim, produto altamente cotado na Índia. Portugal entretanto tinha afastado a presença árabe a sul da Ilha, à excepção do arquipélago de Angoche, e para norte dominava várias cidades, controlando a costa até Melinde e Lamu.

A fixação portuguesa na Ilha trouxe inevitáveis problemas com as populações, e houve conflitos no Moussuril e nas Cabaceiras. O xecado veio por isso a transferir-se para Sancul, e mais tarde, em 1515, foi criado um novo em Quitangonha. Em 1508, os principais moradores muçulmanos eram mouros - brancos, de Áden e Ormuz, e a miscigenação com a população da terra firme, iniciada por estes acentuou-se com os portugueses.

A primeira fortificação, a Torre Velha, surgiu a meio da Ilha, seguida de um baluarte no extremo norte, onde se construiu a capela de N.ª Sr.ª do Baluarte em 1522 com abóbada manuelina. A evolução da artilharia turca tornara entretanto obsoletos aqueles meios de defesa, e por decisão do rei D. João III iniciou-se a construção da grande Fortaleza de S. Sebastião, cuja cisterna tem a capacidade de 2.000 pipas de água. O projecto é de 1558, com desenho de Miguel de Arruda, segundo indicações do vice-rei da Índia, D. João de Castro, mas a guarnição só foi recebida em 1583. Dominando o canal de acesso ao porto de abrigo da baía de Mossuril, veio a ser indispensável para conter as várias tentativas de invasão posteriores.

No ano de 1570 a povoação muçulmana foi destruída e substituída pela portuguesa, que se organizou junto à Torre Velha. Os mouros organizaram-se então no sítio do celeiro. A esta separação correspondeu também os diferentes templos, cuja existência, de resto permitida, evidencia a multiculturalidade característica da Ilha. No topo da hierarquia estavam os europeus, seguidos dos cristãos de Goa. Da Índia inglesa instalaram-se indianos muçulmanos. Vários moradores tinham já hortas e palmares em terra firme.

Em 1593 foi criada a alfândega e também a Santa Casa da Misericórdia, que serviu como câmara municipal até 1763. Camões, o maior poeta da história de Portugal, aqui viveu de 1567 a 1569.

O século XVII assistiu ao regresso à costa africana dos árabes de Mascate, onde criaram uma extensa colónia, o sultanato de Zanzibar, que duraria até ao século XIX. Abaixo do Cabo delgado o comércio com a Índia era português, mas a norte voltou a estar, na segunda metade do século, sob domínio árabe, embora passando em boa parte pelos mercadores do Guzerate, que tinham forte presença na Ilha de Moçambique. O comércio do interior com o litoral foi aumentando, sendo exemplo a rota dos mercadores yao, do lago Niassa ao Mossuril. A importância crescente da Zambézia, à conta do ouro, veio a secundarizar a Ilha, mantendo-se todavia o seu porto indispensável para as escalas de longo curso.

Entretanto, além dos ataques árabes à ilha pelo norte, surgiram os ataques pelo sul, com a segunda vaga de colonização europeia, holandesa, francesa e inglesa. Dos três ataques holandeses à Ilha, 1604, 1607 e 1608, o mais grave foi o segundo: a povoação foi destruída, desapareceram a ermida e fortaleza de S. Gabriel, a Igreja do Espírito Santo e o Convento de S. Domingos. A Fortaleza de S. Sebastião, contudo, resistiu. A reconstrução da cidade manteve a estrutura anterior e os edifícios foram construídos de pedra de coral e cal. Contudo a escassez de mão-de-obra qualificada complicava e atrasava o ritmo das construções, e foram os pedreiros banearos a compensar a falta dos portugueses. Algumas coberturas eram em macúti, mas predominavam os terraços, denotando as influências de Diu e semelhanças com o Algarve, para aproveitar a água das chuvas, que eram recolhidas em cisternas.

As tentativas inglesas contra a Ilha datam de 1645 e 1650, e os ataques omanitas verificaram-se em 1669 e 1704. Nunca a Fortaleza caiu. Já Mombaça, após uma tentativa ainda em 1631, foi tomada em 1698 pelo sultão de Omã, com a conquista do Forte de Jesus.

Problemas em Diu levaram as autoridades portuguesas, ainda em 1687, à autorização da instalação, na Ilha, da Companhia dos Manzanes ou Banenanes, criada um ano antes, que ficou com o monopólio do comércio com Diu. A economia da Ilha ressentiu-se com este monopólio, sendo causa significativa da sua decadência. Este período prolongou-se pela primeira metade do século XVIII.

Começava por outro lado um novo ciclo mercantil, em especial de escravos. Em 1721 nasceu o comércio regular com as ilhas francesas do Índico, e em 1728 com o Brasil. Todavia, a situação difícil da Ilha mantinha-se, e em 1752, o marquês de Pombal, primeiro-ministro português, tomou a decisão de instituir o governo de Moçambique, substituindo a administração directa de Goa, não sem forte resistência desta. Criou-se então a história geral do Estado de Moçambique. Organizaram-se os serviços da nova administração, construiu-se nova alfândega com uma ponte-cais logo nesse ano, e

liberalizou-se em 1755 o comércio, acabando os monopólios. Surgiram novas leis de cidadania em 1762, que abriram os serviços a todos os cristãos, goeses ou mestiços, e a povoação de Moçambique recuperou a prosperidade e tornou-se vila em 1763. A liberdade de comércio para os navios portugueses (1761) e o enorme incremento do tráfico de escravos, que ultrapassou o ouro e o marfim, em especial para o Brasil, criaram o triângulo Moçambique, Lisboa, S. Salvador da Baía.

Na segunda metade de Setecentos o tráfico da Ilha foi suplantado pelo de Sofala, Quelimane e Ibo, os “portos de escravos”, com destino às ilhas Mascarenhas, a Madagáscar, Zanzibar, o Golfo Pérsico, Brasil e Cuba. A captura de escravos aumentou após a liberalização em 1787 da venda de armas no interior. Os últimos anos do século viram uma cada vez mais íntima relação com o Brasil, cuja burguesia de armadores e mercadores se instalou na Ilha e na Índia.

O final do século XVIII e o princípio do XIX correspondem a um grande crescimento, com significativo desenvolvimento da povoação. A vila foi elevada à categoria de cidade em 1818. Aqui residiam os portugueses, cristãos da Índia e muçulmanos de Guzerate, enquanto no Mussoril e nas Cabaceiras habitavam os luso-africanos e os indo-portugueses. Definiu-se uma política de expansão das feitorias no continente, com incorporação de terras na Coroa.

Com o avançar do século XIX regressou a instabilidade, e novo ciclo descendente se verificou com a independência do Brasil em 1822- O último barco de escravos com este destino saiu em 1831. Contudo, era já maior a actividade na terra firme, com as culturas do algodão e do café.

Nova e profunda alteração veio pouco depois, com o triunfo do liberalismo em Portugal em 1834: a escravatura foi abolida em 1837, e começou de facto o tráfico a diminuir após 1840. Deu-se então, finalmente, a abertura da Ilha à população negra.

A Ilha ganhou uma linha divisória ainda actual: a norte do convento e hospital de S. João de Deus, a Cidade de Pedra e Cal, e a sul a Cidade de Macúti, africana. Esta linha limitava também os usos: só a sul se permitiam pedreiras, currais, matadouros e fornos de cal, depósitos de lenha e de carvão. O convento de S. João de Deus, entretanto, veio a ser demolido para dar lugar em 1877 ao novo hospital, o maior edifício da cidade-

Na segunda metade do século XIX, a par das outras potências coloniais, Portugal avançou em profundidade para no interior do continente africano, enfrentando a revolta das populações. A capital foi transferida para Lourenço Marques, em 1898, passando a ser, em definitivo, a zona no extremo sul da colónia moçambicana a mais importante, em detrimento da zona norte/central. Construiu-se o caminho de ferro de Lourenço Marques, acompanhando o processo de grande desenvolvimento do Transval.

No século XX a baía do Mossuril deixou de servir como porto moderno e a capital da província foi transferida da Ilha para a cidade de Nampula, 190 km para o interior. O caminho de ferro do lago Niassa (Malawi) até ao Lumbo, na baía de Mossuril, ganhou um ramal para Nacala, cujo porto de águas profundas foi inaugurado em 1951 e ampliado em 1964. Foi, também em definitivo, a perda de importância da Ilha, agora na região, mesmo a apesar da construção, em 1966, da ponte que a une à terra firme. Depois do abandono de parte dos habitantes, que se seguiu à independência em 1975, a guerra civil veio dez anos mais tarde a originar, com o afluxo de refugiados, um significativo aumento populacional e uma fixação maciça na Cidade de Macúti. A paz chegou finalmente a Moçambique em 1992, um ano depois de a Ilha ter sido inscrita na lista do Património Mundial da UNESCO.²

Desde 1991 o Governo procurou elaborar um Plano de Desenvolvimento da Ilha, mas sem sucesso embora tenham sido elaborados alguns estudos sobre o Património da Ilha como em 1982, em 1985, em 1998 e em 2004.

Com base em informação vertida em relatórios de missão elaborados em finais de 2001, o IPAD concluía, em 2006, que para além do património apresentar graves sinais de degradação, muitos edifícios ameaçavam ruir, como resultado directo de décadas de falta de manutenção. Na Cidade de Pedra e Cal, 50% das casas estavam em ruínas, 30% estavam muito degradadas e apenas 20% estavam habitáveis.

A excessiva pressão demográfica, que já foi referida, fruto do êxodo das populações do continente que ali encontraram refúgio durante a guerra, leva a estimativas com base nos poucos dados disponíveis que vivam permanentemente na Ilha entre 12.000 a 15.000 pessoas, em 1200 habitações, encontrando-se quase todos concentrados na cidade de Macúti, que ocupa apenas um terço da superfície da Ilha. Existem várias estimativas sobre a população da Ilha mas o recenseamento de 2007 apenas publicou a população do distrito.³

Apenas em 2006, com a aprovação do Estatuto Especial da Ilha de Moçambique, a criação do Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique (GACIM) e a participação de vários projectos de cooperação com países como Portugal, a Holanda, a Suíça, a Noruega, a Dinamarca, e de organizações internacionais como a União Europeia, o BAD, a UNESCO ou o PNUD, permitiram criar um cenário de sustentabilidade ao processo de desenvolvimento da Ilha.

A entrada da Ilha para a lista de Património Mundial da UNESCO em 1991 teve igualmente a consequência de chamar a atenção para as potencialidades da Ilha por parte dos moçambicanos proprietários de casas de pedra na Ilha, com recursos para

² Aqui termina o texto do Arq. Braz Mimoso.

³ . A previsão sobre a existência de uma população de 12.000 pessoas na Ilha, parece-nos a mais correcta porque parte do número de habitações existentes; e a atribuição de 10 pessoas, em média por habitação, é efectuada por Luís Filipe Pereira, profundo conhecedor desta realidade, segundo os números apurados no último censo (IPAD, 2006).

adquirirem património ou para desenvolverem actividades económicas sobretudo na área do turismo⁴ ou simplesmente para casas de férias.

As expectativas detectadas nas várias entrevistas feitas para esta investigação retratam bem como os moçambicanos com capacidade de intervenção cívica percebem ou intuem que a Ilha e a baía de Mossuril de que faz parte, podem ser um pólo de desenvolvimento sobretudo turístico da região e internacional.

Surgiram assim vários estudos recentes que pensam os programas e projectos que podem vir a consolidar o desenvolvimento da Ilha como o do Ministério da Cultura (2010), Plano de Gestão e Conservação 2010-2014 (2009), com financiamento pelo Ministério da Cultura, AFRICA 2009, AWHF e UNESCO-WHC e o da CESOCI (2009) Plano de desenvolvimento integrado da Ilha de Moçambique com financiamento BAD, UNESCO e Portugal.

A cooperação portuguesa desde 2006 que perspectiva a sua intervenção na Ilha sob a óptica de “cluster” como veremos no ponto seguinte

⁴ As actividades económicas existentes na baía de Mossuril recensadas em diferentes estudos são para além da agricultura de subsistência e de algum caju na parte continental, as pedreiras, os fornos de cal, as salinas, a pesca artesanal e algum artesanato. Há ainda grandes quantidades de mangas e um activo significativo em cabeças de gado.

O cluster: os projectos e a inovação.

A inovação

As políticas de inovação na Cooperação para o desenvolvimento orientam-se neste momento pelas directivas da OCDE sobre inovação que são: 1. Capacitar as pessoas para a inovação; 2. Desencadear inovações; 3. Criar e aplicar conhecimento; 4. Aplicar inovação para enfrentar desafios globais e sociais; 5. Melhorar a governação e a mensuração das políticas de inovação.

O IPAD afirma em 2006 *“No plano de inovação, com a acentuada tendência para a coordenação internacional da APD, sublinha-se a urgência do aperfeiçoamento dos instrumentos e mecanismos da Cooperação Portuguesa. Nessa perspectiva, a prevista criação de clusters de cooperação, procura obter sinergias entre as mais-valias decorrentes de uma Cooperação desenvolvida ao longo de décadas, da qual resultou, necessariamente, um profundo conhecimento do terreno. Em simultâneo, procura-se reduzir a existência de projectos dispersos por múltiplos sectores, minimizando os constrangimentos criados com a sua proliferação, nomeadamente a falta de sinergias e de visibilidade da nossa Cooperação.”*

O factor de inovação neste processo corresponde sobretudo às directivas 2 e 4, mas não havendo no “campo” da CID uma entidade à qual os outros intervenientes atribuam a capacidade e o poder simbólico para formular a “verdade” em cada momento, a compreensão de todo o processo é fruto de uma interacção dinâmica entre intervenientes como financiadores nacionais e União Europeia, fundações, ONG, municípios, universidades e politécnicos, escolas, igrejas, etc., para que essa inovação seja transformada em consenso.

O cluster de Moçambique

A concepção do cluster de Moçambique inicia-se formalmente em Novembro de 2005, com a assinatura do Plano Anual de Cooperação-2006, entre Moçambique e Portugal, sendo o ano de 2006 destinado a estruturar um plano de acção que leve à concretização daquele novo conceito com uma perspectiva de duração de nove anos (IPAD, 2006). A sua escolha foi apresentada a Moçambique pela Cooperação portuguesa com base na existência de *“apenas uma região que, acolhe um património histórico notável, construído ao longo de quatro séculos (do séc. XVI ao séc. XIX), reconhecido desde 1991 pela UNESCO como Património Mundial. Combinar o combate à pobreza extrema com a recuperação e revitalização do Património, através da aplicação do novo conceito de cluster, pode e deverá trazer sinergias aos investimentos a efectuar, que se traduzirão numa maior eficiência da Ajuda Publica ao Desenvolvimento, potenciando a sua eficácia.”* (IPAD, 2006)

O cluster está concebido para nove anos com áreas onde se definem metas e propostas de várias dezenas de projectos, tal como tinham feito outros estudos desde 1985:

Educação: Ter uma educação escolar e formação profissional adequadas à economia local, correspondendo à procura, de boa parte da população, com a numerosa população escolar dentro dum sistema de ensino normalizado, com acesso assegurado ao ensino básico e com infra-estruturas de ensino adequadas.

Saúde: Garantir os acessos aos cuidados de saúde no Distrito, com programas de educação sanitária e a prestação de cuidados de saúde destinados a tornarem as populações mais saudáveis, produtivas e empenhadas no melhoramento das suas condições de vida.

Recuperação do património: A reabilitação do património e o desenvolvimento da indústria hoteleira e do lazer deu corpo a um crescimento sócio - económico na zona de intervenção do *cluster*. A riqueza cultural permitirá também que a Ilha de Moçambique se venha a tornar um destino turístico de qualidade e de referência na costa oriental da África.

Desenvolvimento sócio - económico: A revitalização económica da Ilha está directamente relacionada com a sua própria reconstrução e com o desenvolvimento dos sectores da agricultura e pescas, do comércio e de algumas indústrias, com condições de transporte e infra-estruturas de acesso à região.

Saneamento e abastecimento de água: Ao fim de nove anos o objectivo é que estejam resolvidos os problemas ecológicos da Ilha, nomeadamente o do saneamento básico e o do abastecimento de água potável.

Note-se que a área da governação surge referida como um meio secundário “*de possibilitar o acompanhamento das intervenções projectadas*”, referindo-se que “*deverá ser dada especial atenção à **capacitação da autarquia local**, o Concelho Municipal da Ilha de Moçambique*”. (IPAD, 2006)

Quanto à área geográfica o documento de 2006 fazia uma limitação que deixava de fora uma boa parte do micro sistema social e económico existente: “*O plano estratégico de desenvolvimento da Ilha deverá integrar o Lumbo, situado no continente. O desenvolvimento harmonioso no Lumbo é fundamental para reduzir a pressão demográfica na Ilha e permitir a reorganização do tecido económico e social da mesma, através da criação de um pólo no continente de atracção de populações actualmente residentes na Ilha de Moçambique*”.

“Esta delimitação do cluster – Ilha de Moçambique e Lumbo – tem como objectivo criar um conjunto com dimensão económico e social e com uma massa crítica suficiente para uma definição integrada e multifacetada de projectos e programas que tenham a intervenção de diferentes doadores multilaterais e/ou bilaterais, o que se torna de particular importância, atendendo à intensidade crescente da coordenação da cooperação internacional.” (IPAD, 2006)

A política de gestão de um instrumento deste tipo, longe da capital e com uma grande carga histórica simbólica era referida em 2006, como *“Por último mas não menos importantes, a **Gestão** do projecto onde se integra o envolvimento das autoridades de Moçambique a nível central, regional e a local, de modo a que o andamento de todas as fases do cluster esteja sempre coordenado com os objectivos das diferentes autoridades. Esta variável estratégica inclui, também, a coordenação com os diversos organismos de cooperação que venham a constituir-se como parceiros do projecto, o que pressupõe o entrosamento das estratégias dos diferentes doadores, a par de uma disponibilidade para participar activamente nos processos de concertação e coordenação de todos os actores intervenientes no cluster.” (IPAD, 2006)*

Este documento de concepção do Clusters por parte da Cooperação Portuguesa foi contemporâneo com outros projectos como são exemplo a preparação de um Plano de Acção para 5 anos, numa perspectiva de programa de desenvolvimento integrado, contendo uma abordagem de Recuperação do património e do Desenvolvimento económico para a criação de oportunidades de emprego, financiado pela UNESCO, Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e Portugal, com a colaboração do Ministério da Educação e da Cultura Moçambicano. Também o Projecto de Infra-estruturas de Abastecimento de Água, Saneamento e Resíduos Sólidos no Lumbo estava em curso com o financiamento do IPAD, bem como o Projecto que inclui a reabilitação do Forte de S. Sebastião, financiado em diferentes fases pela UNESCO, Japão, UCLA, Holanda, Flandres e Portugal e um Projecto de Apoio a 13 Municípios com financiamento dinamarquês.

Ou seja a criação dos clusters surge em simultâneo com a continuidade de várias intervenções de actores internacionais na cooperação com a Ilha obedecendo a uma lógica similar mas sem a preocupação de coordenação entre financiadores. (ODAmoz Report - Projects of Ilha de Mocambique.htm, 2011)

Em 2006 o IPAD identificava os actores presentes na Ilha como sendo:

- Ministério da Educação e Cultura com tutela sobre o então futuro Gabinete de Conservação do Património da Ilha com estatutos aprovados nesse mesmo ano;

- O Concelho Municipal da Ilha de Moçambique;
- A Organização das Cidades do Património Mundial (OCPM) é uma ONG, criada em resposta a um pedido da UNESCO de uma cooperação mais estreita entre locais urbanos contidos na lista do PM;
- O Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e a UNESCO;
- A Associação dos Amigos da Ilha de Moçambique

E as estruturas de Gestão propostas para o cluster eram:

- Conselho de Doadores.
- Comité de Gestão, com poder de aprovação de novos projectos
- Coordenador Local do Cluster, com sede na Ilha.

A evolução entre 2006 e 2011

Só em Março de 2008, o BAD adjudicou à empresa portuguesa CESO Consultores Internacionais a elaboração do Plano director com o objectivo central de identificar as áreas e projectos prioritários para o desenvolvimento da região (Branco, L.C. e Dias, J., 2009). Esse estudo⁵ apontava para três fases com uma duração de 10 anos, e levantou inúmeras resistências da parte do Governo do país, apesar de as “forças vivas da Ilha terem sido ouvidas” e participado na sua elaboração (Branco, L.C. e Dias, J., 2009).

As razões dessas resistências não nos parecem terem sido claramente assumidas, mas podem resumir-se nas seguintes de acordo com as fontes orais recolhidas:

- tamanho e complexidade do estudo
- dificuldade em perceber-se as prioridades
- concentração de fundos da CID longe da capital
- o peso dos expatriados e da cooperação internacional (bi ou multi lateral) nas decisões

⁵ Que inicialmente teve a designação de “Master Plan” mas que os moçambicanos substituíram por “Plano de desenvolvimento integrado da Ilha de Moçambique”.

- demasiada atenção dada a uma zona histórica que foi o principal entreposto da escravatura

O relatório de avaliação ao PIC refere que “o período de vigência do PIC em análise correspondeu à fase de planeamento para a constituição do próprio cluster” (Relatório de Avaliação do PIC Moçambique 2007-2009).

O relatório refere ainda que não foi iniciada a implementação do cluster “nem existiram esforços de mobilização ou coordenação dos projectos que estão a decorrer no terreno” (idem: 76).

De acordo com a avaliação, o desenvolvimento do cluster encontra-se neste momento num impasse devido ao facto do PDIM não ter sido até ao momento aprovado pelo governo de Moçambique. A conclusão da avaliação é que “a apropriação do PDIM como documento programático do Governo de Moçambique é essencial para a viabilidade da constituição do cluster” (idem: 76).

Essa resistência levou a atrasos que só foram quebrados quando em 2011 a Cooperação Portuguesa aprovou um Projecto com o título “Cluster da Cooperação Portuguesa da Ilha de Moçambique” com a duração de quatro anos (2011-2014), assente nas orientações do Plano de Desenvolvimento Integrado da Ilha de Moçambique (PDIM), e com as seguintes actividades programadas:

- Apoio à Associação Amigos da Ilha de Moçambique – Projecto Escolinhas⁶;
- Apoio à Associação de Pequenos Empresários de Hotelaria e Turismo (APETUR) – Projecto Casas da Ilha;
- Apoio à Escola Profissional da Ilha de Moçambique (EPIM);
- Assessoria aos Serviços Urbanos do Município da Ilha de Moçambique;
- Assistência Técnica ao Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique (GACIM);
- Reabilitação de Cisterna Publica;
- Reabilitação de Edifício Público destinado a Residência para Professores e Alunos da Ilha de Moçambique;

⁶ A única iniciativa que não está prevista no PDIIM é a das escolinhas.

- Constituição do Gabinete de Coordenação da C. P. do Cluster da Ilha de Moçambique com um coordenador residente na Ilha.

Considera ainda os actores no terreno com quem necessita de estabelecer parcerias como sendo:

- Administração da Ilha de Moçambique
- Conselho Municipal da Ilha de Moçambique
- Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique (GACIM)
- Direcção Provincial de Educação e Cultura, Nampula
- Escola Profissional da Ilha de Moçambique
- Associação de Pequenos Empresários de Hotelaria e Turismo (APETUR)
- Associação Amigos da Ilha de Moçambique
- Museu da Ilha de Moçambique
- INEFP, Nampula
- INEFP, Maputo
- Empresa Ferreira dos Santos (proprietária de imóveis na Ilha)

Para além do Ministério da Cultura, da UNESCO e da UNIDO nos projectos em curso, e das diversas Cooperações bilaterais internacionais. Mas também ONGD que têm vindo a desenvolver um trabalho relevante, como são o caso da HELPO, Médicos do Mundo, OIKOS, MOVE - Micro crédito, Projecto Oceano, entre outros. Há ainda actores não referidos que podem ter importância futura: parece-nos que o mais significativo é a Fundação Ilha de Moçambique da confraria muçulmana ???.

Os projectos actualmente em execução são os seguintes:

- Fundo Empresarial da Cooperação Portuguesa em Moçambique – Linha de crédito bonificado destinada a apoiar investimentos nos sectores da Indústria e Serviços, o qual aguarda a aprovação pelo Ministério da Indústria de Moçambique.

- Apoio ao Empreendedorismo e Associativismo Empresarial – Com financiamento através do *Trust Fund* de Portugal na UNIDO – Balcão de Atendimento Único;
- Apoio à reabilitação da Fortaleza de São Sebastião – Através do *Trust Fund* junto da UNESCO, Portugal já se disponibilizou a financiar a prorrogação do contrato do Coordenador Técnico para a Fase II da obra.
- Criação de uma Vila do Milénio (VM) no Lumbo – Desde 2008 que o PNUD, com financiamento do IPAD, está a implementar uma VM no Lumbo. Por definição, uma VM consiste no desenvolvimento integrado de acções nas áreas da saúde, educação e segurança alimentar para uma população alvo de cerca de 5.000 habitantes. O objectivo assumido era que tal Vila poderia ser um modo de as populações da Ilha se deslocarem para o continente. As entrevistas realizadas e a visita ao local indicam que pelo menos até a 2011 esses objectivos não foram cumpridos por as condições existentes serem piores que as da cidade de macúti (ausência de electricidade logo de geleira, televisão e carregamento de telemóveis, acesso a hospital e a escola foram as mais referidas)
- ONG Médicos do Mundo “Estamos Juntos” (2008-2011); Os MDM só intervêm na saúde pública (campanhas de prevenção e sensibilização). O IPAD financiou o programa do HIV mas não foi aprovada a continuação e este projecto acaba em Abril de 2012.
- Cooperação entre Município de Alcobaça e o Município da Ilha Moçambique; elaboraram um folheto de turismo sobre a Ilha (ignoramos se houve outras actividades).

4. CONCLUSÕES

Tendo por finalidade a análise da utilidade do instrumento “clusters” em função da coerência, harmonização e alinhamento para a eficácia da ajuda ao desenvolvimento colocada em conferências internacionais como a de Paris, as conclusões que, para este momento, podemos ter são as seguintes:

1. A intenção de querer que a política para organizar este instrumento da CP tivesse uma componente de alinhamento com a política moçambicana, levou a um atraso de implementação. Com efeito, da parte portuguesa, a estratégia da cooperação definida em 2005, não teve uma expressão concreta em estratégias sectoriais e no aprofundamento de algumas das questões aí delineadas, inovadoras ou não. A definição da estratégia em relação aos diferentes países, a tomada de consideração do contexto nacional e específico das zonas propostas para se aplicar o novo conceito, a definição de uma política activa e agressiva em relação a outros financiadores, o estudo e as tomadas de opções em relação aos interesses dos nacionais e não nacionais mais perto da zona implicada, tudo isto apelava (e apela) a uma construção de conhecimento muito mais elaborada do que aquela que o IPAD fez até ao presente.
2. Os interesses presentes na Ilha levaram tempo a perceber duas coisas:
 - a. Primeiro qual era a constância da intenção de diferentes financiadores permanecerem na Ilha para além dos projectos de recuperação do património.
 - b. Segundo quem eram os financiadores que podiam servir melhor os interesses nacionais.

A assunção da primeira leva a que o Governo moçambicano comece a dar passos aparentemente sem grande nexos até 2011 e actualmente dê sinais no sentido de se envolver no processo apoiando-se naqueles que considera irem ficar.

A construção da segunda tem vários níveis que vão desde os nacionais mais ligados pelo seu percurso de vida à Ilha começarem a envolver-se na compra e nas actividades económicas da Ilha mas também começarem a procurar relacionar-se com os financiadores de forma a que essas relações não fiquem apenas nas mãos das entidades sedeadas em Maputo. Outro nível é o das autoridades locais e, julgo, do governo moçambicano.

A cooperação portuguesa vai pouco a pouco demonstrando que não se virá embora. Assim a presença de um residente, no seguimento da cooperação já desenvolvida, e mesmo sem ter melhorado o funcionamento com Lisboa, com preocupações declaradas

(seguindo a lógica de cluster decidida pela estratégia aprovada em Portugal) de procurar articular entre si os interesses existentes, surge aos olhos nacionais e pelo menos a alguns internacionais, como sendo tendencialmente um contributo chave para o garante de defesa do interesse moçambicano (pela facilidade de estabelecimento de alianças nesse sentido entre portugueses e nacionais) na Ilha.

A criação do Gabinete da CP na ilha foi fundamental para demonstrar a coerência existente, pois a qualidade obtida com as acções de cooperação se houver alguém a acompanhar presencialmente é muito maior.

Note-se que a articulação entre financiadores, a harmonização na Conferencia de Paris, que o cluster tem na sua definição teórica, é contra a prática de concorrência por financiamentos e por visibilidade que essas mesmas cooperações praticam no país, podendo no caso de um maior sucesso ter um recuo por imposição dos centros de decisão dessas cooperações.

CONTACTOS E ENTREVISTAS EFECTUADOS EM MOÇAMBIQUE

Responsáveis políticos:

- Presidente do Município da Ilha de Moçambique : Alfredo Matata
- Administrador do Município da Ilha de Moçambique: António Saul

Responsáveis de Organizações da Sociedade Civil:

- Direcção da Associação dos Amigos da Ilha – Domingos Zacarias, Ismael, Zainal)
- Direcção da APETUR – Flora Magalhães
- Italma Pereira (engenheira civil na empresa Visabeira)

Representantes institucionais:

- GACIM – Dr. Celestino Girimula
- UNIDO – Dr. Eduardo Moreira
- Cooperação portuguesa:
 - Dr. Pedro Fraga (coordenador da cooperação portuguesa na Ilha de Moçambique)
 - Dra. Xinita Ferreira (técnica no Gabinete da Cooperação Portuguesa na Ilha)
 - Dr. Fernando Carvalho (AICEP)
 - Dr. Diogo Franco (Conselheiro para a Cooperação na embaixada em Maputo)
 - Médicos do Mundo João Amaral-
 - UniLúrio : Prof. Dr. Jorge Ferrão (reitor)
 - Escola Técnico Profissional, Eugénio Júlio (Director)

Individuais

- Jans Hougard (urbanista dinamarquês)
- Isidro Magalhães (Zico) (empresário português)
- Silje Sollien (investigadora dinamarquesa)
- Hafiz Jamu (confraria muçulmana)

BIBLIOGRAFIA

Afonso, Maria (1995), Cooperação para o desenvolvimento: Características, evolução e perspectivas futuras, CIDAC, Lisboa

APETUR, Guia Turístico da Ilha de Moçambique.

Branco, L.C. e Dias, J. (2009), O cluster da Ilha de Moçambique e a recuperação da Fortaleza de S. Sebastião, Apontamentos n°2, IPAD.

CEA-IUL (2010) Relatório final de avaliação do PIC Portugal Moçambique 2007-2010, IPAD.

CESOCI (2009) Plano de desenvolvimento integrado da Ilha de Moçambique, Maio.

City of Bergen (2007), Network project between the Municipality of Ilha de Moçambique and the Municipality of the City of Bergen, annual progress report September 2006-July 2007, Bergen.

Development Gateway, G:\Clusters\Moçambique\ODAmoz Report - Projects of Ilha de Mocambique.htm, acedido em Fevereiro 2012.

Enright, Michael, (2001), Regional clusters: what we know and what we should know. Paper presented at the Kiel Institute International Workshop on Innovation Clusters and Interregional Competition, 12-13 November.

Governo de Moçambique (s.d.), Ilha de Moçambique, Omuhipiti, guia com texto e fotos de Alexandre Braz Mimoso, Maputo.

Governo de Moçambique, Decreto n° 27/2006 – Estatuto Especifico da Ilha de Moçambique, Iª Série – N° 28, 13/07/2006, Boletim da República de Moçambique.

Governo de Portugal, Decreto Lei n.º 791/74, de 31 de Dezembro

Governo de Portugal, Decreto Lei n.º 97-A, de 31 de Janeiro

Governo de Portugal, Decreto Lei n.º 683-A/76, de 10 de Setembro

Governo de Portugal, Decreto Lei n.º 486/79, de 18 de Dezembro

Governo de Portugal, Decreto Lei n.º 162/91, de 4 de Maio

Governo de Portugal, Decreto Lei n.º 135/92, de 15 de Julho

Governo de Portugal, Lei n.º 19/94 de 24 de Maio

Governo de Portugal, Decreto Lei n.º 327/99 de 18 de Agosto

Governo de Portugal, Decreto Lei n.º 5/2003 de 13 de Janeiro

Governo de Portugal, Decreto Lei n.º 120/2007 de 27 de Abril

Governo de Portugal, Decreto Lei n.º 21/2012 de 30 de Janeiro

Governo de Portugal, XII Programa de Governo

IPAD (1999), A Cooperação Portuguesa no limiar do século XXI, Lisboa

IPAD (2005), Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa, Lisboa

IPAD (2006), Ilha de Moçambique Cluster, apresentação em power point.

IPAD (2010), Memorando da Cooperação Portuguesa, Lisboa.

IPAD (2010), Programa de Cooperação Portugal Moçambique, visita do Primeiro Ministro a Moçambique, Março 2010.

IPAD (2011) Cluster da Cooperação Portuguesa da Ilha de Moçambique, documento de projecto, 2011-2014.

IPAD e IEFP (2010), Protocolo de acordo, Lisboa.

Jigar Bhatt (2006), Master in City Planning, Preservation of threatened islamic architecture on the island of Mozambique, Department of Urban Studies and Planning, MIT.

Ketels, Christian, (2003), The Development of the cluster concept – present experiences and further developments, Prepared for NRW conference on clusters, Duisburg, Germany, 5 Dec 2003.

Kitson, M., Martin, R. e P. Tyler, (2004), Regional Competitiveness: An elusive yet key concept?, *Regional Studies*, 38, 9, pp. 991-999.

Krugman, Paul (1994), Productivity and competitiveness. In *Peddling Prosperity*. New York: W.W. Norton: 268-280 (Appendix to Chapter 10).

Krugman, Paul (1996), Competitiveness: a dangerous obsession. Myths and realities of US competitiveness. In *Pop Internationalism*. Cambridge, MA: MIT Press: 3-24 e 87-104.

Marshall, Alfred (1890), Principles of Economics, London: MacMillan & Co Ltd.

Martin, Ron e Peter Sunley (2003), Deconstructing clusters: chaotic concept or policy panacea?, *Journal of Economic Geography*, 3, pp. 5-35.

Maskell, Peter e Leïla Kebir (2009), What qualifies as a cluster theory?, DRUID Working Paper n.º 05-09.

- Ministério da Cultura (2009), Plano de Gestão e Conservação 2010-2014, Ilha de Moçambique, Património Cultural Mundial, Moçambique.
- Moyoyama, Yasuyuki, (2008), What was new about the cluster theory?, Economic Development Quarterly, 22, 4, pp. 353-363.
- OECD (1999), Boosting Innovation: The Cluster Approach. Paris: OECD.
- Porter, Michael (1990), The Competitive Advantage of Nations, London: The MacMillan Press Ltd.
- Porter, Michael (1998), On Competition, Boston: Harvard Business School Press.
- Porter, Michael (2000), Location, Competition, and Economic Development: Local Clusters in a Global Economy, Economic Development Quarterly, 14, 1, pp. 15-34.
- Ribeiro, M. (1998), Parcerias Estado ONG, estudo de caso, CIDAC, Lisboa
- Reich, R. (1991), The Work of Nations, London: Simon and Schuster.
- Sangreman, C. et al. (2010), A cooperação descentralizada e as dinâmicas de mudança em países africanos, Cap. I, CEsA e ACEP, Lisboa
- Turner, Adair (2001), Just capital: The liberal economy, London: MacMillan.
- UNESCO e PNUD (1998), Ilha de Moçambique World Heritage Site A programme for Sustainable Human Development and Integral Conservation, global report, on line.
- UNESCO World Heritage Centre (2012), Ilha de Moçambique, paisagem urbana histórica em perspectiva, Parte 1, Cidade de pedra e cal em perspectiva, Eindhoven University of Technology, Eindhoven.
- USAID (2003), An Assessment of Cluster-Based Approaches, Paper prepared by The Mitchell Group.
- USAID (2008), The Cluster Approach to Economic Development, Technical Brief N.º 7.
- Yolanda Leyel, Viktoria Slukan (2011), Sustainable & Energy Efficient Development in Informal Settlements in Mozambique, University of Applied Science Rapperswil (UAS-R), Institute of Spatial Development, Suíça.